



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI COMPLEMENTAR N° 22/1997

Que regulamenta o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono, a seguinte Lei:

CAPITULO I DA INSTITUIÇÃO, DA FINALIDADE E DE SEUS MEMBROS.

Art. 1º O CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PASSA QUATRO é órgão de natureza deliberativa, prestador de assessoria aos poderes públicos municipais e a sociedade civil, para assuntos concernentes ao Patrimônio Cultural do Município.

Art. 2º O CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PASSA QUATRO será composto de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 10 (dez) membros e respectivos suplentes.

Art. 3º O CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PASSA QUATRO será designado pelo prefeito municipal, com representação equilibrada do poder público, das entidades e instituições representativas da sociedade civil do município de notório conhecimento da matéria nas áreas ou de história, ou de antropologia, ou de arqueologia e urbanismo ou de artes plásticas.

§1º O Conselho terá um presidente e um secretário com atribuições específicas, sendo suas designações de livre escolha de seus próprios membros.

§2º O mandato dos membros e suplentes do Conselho será de 2 (dois) anos, a partir da data de suas nomeações, permitindo-se a recondução.

§3º A função dos membros do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Passa Quatro será considerada como relevante serviço prestado à comunidade e exercida gratuitamente.

CAPITULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 4º São atribuições do CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PASSA QUATRO:

I - executar o tombamento dos bens culturais e naturais de propriedade pública ou particular existentes no município que, dotados de valor estético, ético ou filosófico, justifiquem o interesse público na sua preservação;

II - fundamentar as propostas de tombamento com todos os elementos indispensáveis ao convencimento da importância do bem a ser incluído na medida de proteção municipal, devendo constar da instrução parecer de especialista na matéria, quando o Conselho poderá recorrer à colaboração de técnicos das áreas específicas, para a necessária consultoria;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - notificar os proprietários de bens cujo tombamento é proposto para o fim de proteção prévia, estabelecendo medida preparatória para o tombamento;

IV - fiscalizar o cumprimento ao artigo 7º da Lei Municipal que Estabelece a Proteção do Patrimônio Cultural de Passa Quatro, para instruir os respectivos processos da isenção de impostos municipais, procedendo à vistoria no imóvel para o qual o benefício é pretendido;

VII - propor planos de execução de serviços e obras ligados à proteção, conservação ou recuperação de bens definidos no inciso I deste artigo, sempre que o orçamento do município o permitir.

Art. 5º A proteção, prevista no inciso III do artigo 3º equivale ao TOMBAMENTO, até que seja expedido o Decreto, que deverá ser publicado no prazo de 180 dias da proposta do Conselho Deliberativo, sob pena de ser tomada sem efeito a medida de proteção.

§1º A proteção prévia se dá a partir do recebimento pelo proprietário, da Notificação do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural.

§2º O proprietário poderá impugnar o tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da Notificação, apresentando suas razões ao Conselho Deliberativo, que, em igual prazo, se manifestará, confirmando ou não o tombamento, fundamentando suas contra razões.

§3º Convencido o Conselho Deliberativo do Tombamento, será dada ciência imediata da decisão ao Prefeito Municipal, em caso contrario, do encaminhamento do Processo, para conhecimento.

Art. 6º A forma de organização do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Passa Quatro e seu funcionamento serão regulamentados por Regimento Interno.

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º O suporte administrativo e técnico indispensável para a instalação e funcionamento do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Passa Quatro será prestado pelo Executivo Municipal.

Art. 8º No prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação, o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Passa Quatro elaborará o seu Regimento Interno.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 18 de novembro de 1997.

Acácio Mendes de Andrade

Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes

Sec. Mun. Administração

Antonio Claret Mota Esteves

Sec. Cultura, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Bem Estar Social